

SANTOS, Joaquim Rodrigues dos. "As Primeiras Fortificações Europeias no Sri Lanka: (Possíveis) Origens Portuguesas de Várias Fortificações Holandesas". In: *Anais do 3º Congresso Internacional da Construção Luso-Brasileira*. Salvador da Bahia: Faculdade de Arquitetura e Escola Politécnica da UFBA, 2019, pp.620-635.

**3º CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA CONSTRUÇÃO LUSO-BRASILEIRA**
3rd International Congress on Luso-Brazilian Construction History

Anais do

3º CIHCLB



AS PRIMEIRAS FORTIFICAÇÕES EUROPEIAS NO SRI LANKA (POSSÍVEIS) ORIGENS PORTUGUESAS DE VÁRIAS FORTIFICAÇÕES HOLANDESAS

Santos, Joaquim Rodrigues dos

*ARTIS - Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa,
joaquimr.santos@gmail.com*

RESUMO

Cerca de uma década depois do primeiro contacto português com a mítica “Taprobana”, realizado em 1506, foi estabelecido um posto fortificado para comércio em território cingalês, junto ao Reino de Cota, no sudoeste da ilha de Ceilão. Aos poucos a presença portuguesa foi-se estendendo para norte e para sul, ao longo do litoral, chegando de Matara (no sul) até Jafanapatão (no norte), e penetrando para o interior até Manicavaré, Sitavaca e Sofragão, a meio caminho de Candia, capital do reino cingalês. Esta expansão do poderio português no Ceilão foi feita a partir de bases fortificadas: Colombo, Negumbo, Calituré, Gale, Maturé, Chilão, Manar e, no final do século XVI, Jafanapatão, a que se juntou no início do século seguinte Triquinimalé e Batecalou, na costa nordeste e leste da ilha. Porém, o fim da hegemonia portuguesa no Ceilão começou a revelar-se no início do século XVII, tendo a ameaça holandesa surgido na ilha nos inícios do segundo quartel desse século, com a tomada das praças mais orientais; em poucos anos todos os territórios portugueses na ilha acabaram por cair sob domínio neerlandês. Desde então instalou-se a crença de que as obsoletas fortificações portuguesas foram totalmente demolidas e reconstruídas depois, mais aperfeiçoadamente, pelos holandeses. Porém, tal poderá ter sucedido de um modo distinto, deturpado em prol da mitificação holandesa: existem mais fortificações portuguesas no Sri Lanka do que geralmente se pensa. Pretende-se desvelar esta problemática mediante propostas que visam demonstrar a permanência de várias fortificações portuguesas, algumas equivocadamente designadas como holandesas, comparando-as com descrições e iconografia históricas, bem como com outras fortificações portuguesas no Oriente. Percebe-se assim que a origem dessas fortificações poderá afinal ser portuguesa, permitindo apresentar um conjunto de hipóteses que sirvam de mote para o debate sobre a verdadeira origem de muitas das fortificações no Sri Lanka atribuídas aos holandeses.

Palavras-Chaves: Fortificações; Sri Lanka; Portugal; Holanda.

ABSTRACT

About a decade after the first Portuguese contact with the mythical “Taprobane” in 1506, a fortified trade factory was established in the Sinhalese territory near the Kingdom of Kotte, in the western part of the island of Ceylon. Little by little, the Portuguese presence spread out to the north and south along the coastline, reaching from Matara (in the south) to Jaffna (in the north) and entering inland up to Menikkadawara, Seethawaka and Ratnapura, halfway to Kandy, capital of the most important Sinhalese kingdom. The expansion of the Portuguese power in Ceylon was made from fortified bases: Colombo, Negombo, Galle, Mannar and, in the end of the 16th century, Jaffna; in the beginning of the following century, Trincomalee and Batticaloa, on the eastern coast of the island, became also Portuguese fortified bases. However, the beginning of the 17th century saw the dawn of the Portuguese hegemony in Ceylon, especially when the Dutch took the eastern Portuguese strongholds; in few years all the Portuguese territories in the island felt under Dutch rule. Since then a belief raised: the obsolete Portuguese fortifications were totally demolished and rebuilt by the Dutch in an improved way. Nevertheless, something different might happened, due to the Dutch mystification: there are more Portuguese fortifications in Sri Lanka than is commonly assumed. This essay aims to reveal this problematic through proposals intending to show the remaining of several Portuguese fortifications, some of them mistakenly described as Dutch. This will be achieved by comparing them with historical descriptions and iconography, as well as with other Portuguese fortifications in the East. After all, the origin of those fortifications might be Portuguese, allowing the presentation of some hypothesis about the real origin of many fortifications in Sri Lanka that are attributed to the Dutch.

Keywords: Fortifications; Sri Lanka; Portugal; Netherlands.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

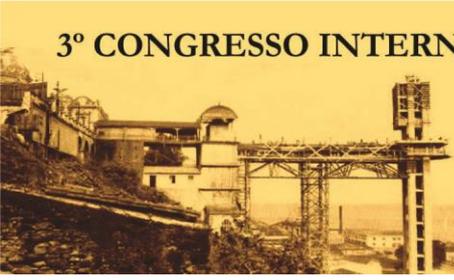
O primeiro contacto português com a mítica “Taprobana”, referida pelos gregos desde a Antiguidade Clássica e cantada por Luís Vaz de Camões na sua obra *Os Lusíadas*, ter-se-à realizado em 1506 por uma expedição sob o comando de Lourenço de Almeida, seguindo-se depois contactos mais ou menos informais por parte de comerciantes portugueses¹. Cerca de uma década depois foi finalmente estabelecido pelos portugueses, sob o comando de Lopo Soares de Albergaria, um posto fortificado para incremento do comércio com o território cingalês, junto ao Reino de Cota, no ocidente da ilha de Ceilão. Este primeiro entreposto comercial fortificado, dedicado especialmente ao comércio da canela, esteve activo entre 1518 e 1524, tendo-se esbatido depois a presença formal portuguesa com os cingaleses – o que não invalida a existência de contactos mais ou menos informais efectuados por comerciantes, soldados, diplomatas, missionários e aventureiros (os “lançados”). Mais tarde, a ilha de Manar, no noroeste da ilha, assistiu à chegada de missionários jesuítas na década de 1540, a que não será certamente alheio o facto deste ser o território mais próximo à Costa da Pescaria – ou das Pérolas – no Coromandel (costa sudeste da Índia), onde a implantação jesuíta era já bastante acentuada desde o Cabo Camorim até São Tomé de Meliapor, com especial incidência em torno de Tuticurim.

Se ainda em 1543 foi edificado um convento franciscano em Columbo, somente em 1551 se deu o reestabelecimento oficial português no Ceilão, sob impulso do vice-rei Afonso de Noronha, com a reconstrução substancialmente melhorada da fortificação em 1554. Este estava localizado num esporão rochoso que formava uma pequena baía e que era por isso propício ao estabelecimento de um fundeadouro. É possível que pouco depois tenha sido também cercado por muralhas o bairro português que entretanto se havia formado junto à fortificação, que mais tarde ganhou sugestivamente a designação de “Fort” e que estava separado de terra firme por meio de um pequeno ribeiro ligando a laguna ao mar, servindo de fosso. A ameaça por parte do reino de Sitavaca em 1565, com razias sobre o reino de Cota (aliado dos portugueses), motivou o abandono desta cidade em prol de Columbo por parte do monarca local, João Dharmapala, e da sua corte. A cidade recebeu assim novos habitantes e um novo conjunto de estruturas fortificadas, que passaram a abranger o bairro que actualmente se chama “Pettah”. Esta muralha era servida por baluartes, sendo facilmente defensável devido à protecção extra proporcionada pela laguna que a rodeava a sul e leste.

Se até à última década do século XVI a presença militar portuguesa se quedava por Columbo e pelo Forte de Manar, construído ainda em 1560 por Constantino de Bragança no contexto da guerra com o reino de Jafanapatão (para proteger o comércio de pérolas e a comunidade cristã que aí se havia desenvolvido), a década de 1590 assistiu a uma inversão da política portuguesa para o Ceilão, a qual se tornou bastante mais pró-activa na ambição de conquista territorial da ilha e submissão dos potentados locais à coroa portuguesa. Nos anos seguintes foi-se assistindo a um estado de guerra e a várias intrigas políticas com os reinos de Sitavaca, de Jafanapatão e de Cândia, que originou uma ocupação militar mais musculada do território sob administração portuguesa directa e indirecta. Pouco a pouco a presença portuguesa foi-se estabelecendo ao longo da costa ocidental da ilha, com maior ênfase no sudoeste – numa faixa entre Negumbo e Gale, com centro em Columbo. Em 1590 começou a construção de um forte em Negumbo, situado a cerca de 30km a norte de Columbo, tendo sido erigido por Lourenço Teixeira de Macedo a mando do governador Jerónimo de Azevedo; o forte seria concluído em 1597. Já Gale recebeu uma primeira fortificação portuguesa em 1597, após o demoronamento do reino de Sitavaca.

De facto, se inicialmente as atenções portuguesas se dirigiram contra o reino de Sitavaca, mercê das ambições expansivas deste último que faziam perigar os seus interesses, os esforços concertados levaram ao declínio deste reino cingalês logo em 1597, virando-se então os portugueses para o outro reino cingalês que obstaculizava às aspirações imperialistas: o reino de Cândia, frente ao qual as forças portuguesas sofreram vários reveses (não obstante a obtenção de alguns sucessos limitados). Este estado de guerra latente perdurou até 1612, período durante o qual foram melhoradas as fortificações existentes e construídas novas fortificações em Calituré, Maturé, Chilão, Sofragão, Manicavaré e Panaturé, entre

¹ A presente contextualização histórica, bem como o breve historial das fortificações, foram elaboradas directamente a partir de uma extensa análise e trabalho de síntese das obras que se encontram na bibliografia.



outras. Aos poucos a presença portuguesa foi-se acentuando e estendendo mais para norte e para sul, sempre ao longo do litoral, chegando de Maturé (no sul da ilha) até Jafanapatão (no norte), penetrando para o interior até Manicavaré, Sitavaca e Sofragão, a meio caminho de Cândia. Esta expansão do poderio português na ilha ia sendo feita em paralelo com a própria evangelização católica, que passou a ter áreas de influência de missão divididas principalmente entre franciscanos e jesuítas, embora também com a presença limitada de dominicanos e agostinhos. A influência foi-se estendendo das grandes cidades fortificadas para o campo, com a instalação de foreiros reinóis nas suas casas-fortes localizadas nas terras que lhes foram sendo concedidas no sertão cingalês. Existiu de facto, a partir de finais do século XVI e sobretudo em inícios do século XVII, uma política de tentativa de conquista de toda a ilha de Ceilão e de colonização com povoadores vindos de Portugal (e também com famílias cristãs transferidas da Índia), tendo sido mesmo aventada a possibilidade de transferir a capital do Estado da Índia, de Goa para o Ceilão.

A paz entre os portugueses e o reino de Cândia foi finalmente alcançada em 1612, período a partir do qual o governador Constantino Sá de Noronha, grande impulsor e executor da política expansionista portuguesa, pacificou as terras baixas do Ceilão e logrou anexar em 1619 o reino de Jafanapatão, no norte da ilha, ao domínio do Estado da Índia. Na década de 1620 assistiu-se por isso à construção de fortificações em Jafanapatão e na ilha do Cais dos Elefantes (Forte do Cais); e a presença de holandeses e dinamarqueses na ilha, a que se associava a vontade de isolar o reino da Cândia, levaram à edificação da fortificação de Triquinimalé em 1623 pelo engenheiro militar Francisco Pinto Pimenta, e do forte de Batecalou, levantado em 1628 por Damião Botado. Mas também foram reforçadas as fortificações de Columbo e sobretudo de Gale, que viu ser amuralhado de mar a mar o istmo da península a partir de 1619, sob o comando do capitão Fernão Pinhão. A própria capital administrativa do Ceilão português passou de Columbo para Malvana, mais no interior, denunciando as ambições expansionistas portuguesas.

Esta campanha de fortificação realizada por parte dos portugueses motivou a hostilidade do reino de Cândia, que logo tratou de formalizar um tratado de aliança com os holandeses da VOC (Companhia Holandesa das Índias Orientais), ávidos por substituir os portugueses no trato comercial. A isto respondeu Constantino Sá de Noronha com uma expedição punitiva contra o reino cingalês em 1630, que redundou numa clamorosa derrota das forças portuguesas às mãos das hostes de Cândia, tendo o governador português pago com a sua própria vida tal malogro. Após um prolongado cerco a Columbo realizado pelas forças de Cândia, viu-se a administração portuguesa forçada a pedir a paz mediante um tratado celebrado em 1633. Tratado esse que não duraria muito tempo, uma vez que logo em 1638 o governador Diogo de Melo de Castro o quebrou quando invadiu os territórios do reino cingalês; o seu destino foi similar ao de Constantino Sá de Noronha, uma vez que perdeu a sua vida em mais uma derrota militar contra o reino de Cândia.

Nesse mesmo ano a praça de Batecalou caiu frente às forças holandesas, que no ano seguinte tomaram o forte de Triquinimalé, em 1639. A isto seguiu-se a conquista de Negumbo em 1639 e de Gale em 1640; não obstante a reconquista de Negumbo ainda no ano de 1640, a sua posse foi definitivamente perdida para os holandeses em 1644. Após um interregno de pouco mais de uma década, os holandeses retomaram a ofensiva contra os portugueses, tendo conquistado Columbo em 1656 com auxílio das forças de Cândia sob o reinado de Rajasinha II, após um cerco dramático e prolongado que provocou elevadas perdas humanas de ambos os lados. Em 1658 foi a vez do forte de Manar ser tomado pelos holandeses, ano em que também seria tomado Jafanapatão, último bastião português a resistir no Ceilão. Em poucos anos toda a costa da ilha que antes havia estado sob controlo dos portugueses caiu sob o domínio holandês, numa política sistemática de conquista que vitimizaria ainda, entre outros, os vizinhos assentamentos portugueses do Coromandel e do Malabar, no sul da Índia, como havia sucedido também com Malaca e com alguns assentamentos nas Molucas.

2. EXPOSIÇÃO DA PROBLEMÁTICA ENUNCIADA

O Sri Lanka tem assistido, nestes últimos anos, a um intenso programa de restauro, consolidação e valorização de um conjunto de importantes fortificações, várias delas contando com o estreito apoio da

Holanda. De facto, as fortificações de Jaffna, Galle, Mannar, Batticaloa, Trincomalee e Matara, entre outras, têm sido estudadas e intervencionadas com o apoio financeiro e de especialistas holandeses, com o pretexto de terem sido construídas pelos holandeses – ou, pelo menos, construídas maioritariamente por eles. Porém, tal poderá não corresponder completamente à realidade, embora essa percepção esteja enraizada por diversas razões: muitas das fortificações reconhecidas como sendo holandesas poderão ser afinal, na sua maioria, de origem portuguesa. Mais do que isso, as partes portuguesas poderão corresponder a grande parte de muitas das fortificações atribuídas aos holandeses.

Este equívoco certamente foi iniciado logo após a conquista das fortificações portuguesas por parte dos holandeses, em meados do século XVII. Várias fontes holandesas mencionam que a generalidade das fortificações portuguesas ficaram destruídas ou foram demolidas após a sua conquista, tendo que ser reconstruídas e melhoradas pelos holandeses nas décadas seguintes. Foi o caso de Colombo, cujas estruturas fortificadas ficaram gravemente danificadas no âmbito do cerco holandês e que, por isso mesmo, tiveram de ser reconstruídas de novo, seguindo um novo plano mais avançado. Ou os fortes de Batticaloa e de Mannar, que haviam sido destruídos quase totalmente e que os holandeses reconstruíram depois. Ou ainda os fortes de Galle, Trincomalee, Jaffna e Negombo, alvo de intensas obras de reformulação para os adaptar à constante evolução da poliorcética moderna, já que os fortes portugueses antecessores seriam possivelmente vistos como vulneráveis, obsoletos ou de má construção.

Esta ideia generalizada que atribui aos holandeses a construção ou reconstrução da grande maioria dos fortes de origem portuguesa é compatível com os intentos holandeses de mitificação da sua actividade conquistadora e dominadora no Sri Lanka, auto-atribuindo a si mesmos os créditos da conquista das fortificações portuguesas e da reconstrução e aperfeiçoamento das mesmas. Não seria uma atitude inédita, já que a história é abundante em casos de efabulação das vitórias, em que os actos heróicos são amiúde exponenciados e os derrotados são frequentemente enxovalhados; nos conflitos bélicos do Passado, uma das formas reiteradas de afirmar a superioridade dos vencedores seria precisamente a reconstrução integral das fortificações epicamente conquistadas ou estoicamente defendidas, após terem ficado substancialmente arruinadas ou completamente arrasadas pelo conflito. Mesmo que tal não correspondesse à realidade, que apesar de danificadas as fortificações estariam ainda em grande parte relativamente íntegras. A exaltação da heroicidade seria maior quanto maior fosse a destruição provocada pelas batalhas, e a sobrelevação (superação do trauma bélico) seria também mais glorificada quanto maior fosse a amplitude dessa recuperação.

A isto soma-se uma tendência historiográfica cuja narrativa tende a menosprezar e desprestigiar a história portuguesa, ainda que nem sempre o faça assumidamente. Com efeito, o século XIX viu os historiadores (e cronistas) do mundo anglófono colocarem sistematicamente em comparação o império colonial britânico com o português, enaltecendo o primeiro e desvalorizando o segundo. Tal sucedeu por diversos motivos: por um lado, a evidente decadência que foi corroendo o império ultramarino português, levando-o paulatinamente de uma hegemonia globalizante na segunda metade do século XVI a uma posição precária de acentuadas perdas territoriais, económicas, políticas e tecnológicas nos séculos XIX e XX. Parte dessas perdas deram-se em prol dos próprios britânicos, que viam na decadência portuguesa uma espécie de lição da História, ou seja, um conjunto de factos que deveriam ser evitados por parte do império britânico, mais metódico e cuidadoso. Mas era também uma forma de legitimar as aspirações hegemónicas britânicas e o seu (alegadamente) maior grau de civilidade quando comparado com a degeneração portuguesa, que frequentemente aludia à corrupção endémica e soberba das classes mais altas, às barbaridades perpetradas pela inquisição e perseguições religiosas dos jesuítas, às debilidades militares e incompetência dos governantes, à crueldade da escravatura e exploração dos povos indígenas, à desorganização das cidades e à arquitectura mediocre.

No caso aqui em apreço – as fortificações holandesas com uma possível origem portuguesa –, ao preconceito historiográfico britânico (e holandês), que influenciou decisivamente a própria historiografia de produção cingalesa (a repulsa pelos elementos de significação portuguesa, associada ao desconforto pós-colonial ainda recente associado ao domínio britânico, motivou a atribuição de uma aura carismática e positiva ao Passado relacionado com o domínio holandês), soma-se ainda o desconhecimento das fontes portuguesas, porventura mercê do mencionado desdém pelo imperialismo português, a que se soma a

incompreensão do próprio idioma português que impediu a consulta de importantes fontes documentais. Isso mesmo pode ser confirmado pela obra que se tornou no grande referencial para o estudo das fortificações europeias no Sri Lanka e que ainda hoje é extensivamente referida de forma acrítica: *The Dutch Forts of Sri Lanka*, obra concretizada por William A. Nelson e atualizada por Rajpal Kumar Silva. Nesta pode-se confirmar o ênfase que foi dado pelos autores à perspectiva holandesa em detrimento da portuguesa, demonstrando ainda um profundo desconhecimento das fontes portuguesas por parte dos autores.

De facto, basta cotejarmos muitas das actuais fortificações holandesas no Sri Lanka (que tiveram uma origem portuguesa) com os documentos históricos descritivos e iconográficos produzidos pelos portugueses, para imediatamente detectarmos imensas afinidades entre ambos. Mesmo os documentos iconográficos holandeses produzidos logo após a conquista das praças portuguesas mostram ainda, com a maior das probabilidades, as fortificações portuguesas anteriores às pretensas reconstruções e amplas remodelações realizadas pelos holandeses; vemos que entre estas representações e a realidade não existem assim tantas diferenças, o que evidencia que talvez essas reconstruções e remodelações holandesas não tenham sido assim tão extensas como geralmente se costuma perceber. Contudo, um dos problemas que se põe quando se analisam documentos históricos mais antigos é precisamente o seu rigor – ou melhor, a falta deste em muitos casos, uma vez que é frequente a existência de discrepâncias significativas entre eles.

A maioria das fortificações portuguesas tomadas pelos holandeses não terá com certeza sofrido destruições tão vastas que as tenham deixado impróprias para serem reparadas, isto é, que tivessem de ser reconstruídas de novo. Os casos em que terá existido uma devastação maior ou uma reestruturação completa ou muito substancial serão talvez menos do que se julga: as fortificações de Colombo foram efectivamente massacradas meses a fio durante o cerco holandês; o forte de Jaffna foi completamente remodelado algumas décadas depois da tomada holandesa; e o sistema fortificado de Galle sofreu amplas melhorias devido à sua condição de primeira capital holandesa no Ceilão. A relativa facilidade com que as restantes fortificações portuguesas no Sri Lanka terão sido tomadas augura mais uma opção pela capitulação após escaramuças renhidas do que pela conquista violenta propriamente dita. Pelo que estas terão sido essencialmente reparadas e, quando necessário, melhoradas com alguma estrutura nova (algum baluarte, muralha exterior, porta fortificada, aquartelamento, etc.), mantendo no entanto o essencial das grandes estruturas construídas pelos portugueses.

Além da análise sistemática da documentação histórica, é de todo indispensável assegurar a análise dos materiais e técnicas construtivas das fortificações, de modo a averiguar períodos de construção das fortificações (ou de parte destas) e as características inerentes ao modo de construir dos portugueses e dos holandeses. O grande problema desta arqueologia da arquitectura é que tanto Portugal como a Holanda eram ambos países europeus, com os mesmos conhecimentos técnicos e sistemas construtivos semelhantes (embora existissem algumas diferenças, como por exemplo o facto dos holandeses usarem tijolos padronizados muito específicos), o que torna difícil distinguir o que é português e o que é holandês. Além disso, é sabido que a maioria dos trabalhadores que labutavam nos estaleiros das fortificações eram essencialmente nativos da terra, ainda que os responsáveis superiores fossem europeus ou descendentes.

Ronald Lewcock afirma que, aquando a chegada dos portugueses, estes empregaram um substancial número de mestres de obras e operários muçulmanos, que estariam também mais familiarizados com o uso da cal; com o advento do domínio holandês, estes empregaram nas suas obras tanto mestres de obras e operários muçulmanos, mas também inúmeros portugueses que haviam ficado no Sri Lanka e que dominavam tanto as tecnologias europeias como as locais e, por isso, poderiam fazer essa ponte de adaptação. Por uma questão de pragmatismo, em muitos casos adoptavam-se por isso materiais e sistemas construtivos locais, ao invés de forçar os trabalhadores a empregarem tecnologias que desconheciam e que, por isso, poderiam aplicar inadequadamente ou que levariam mais tempo a executar².

² Informação fornecida por Ronald Lewcock pessoalmente ao autor.

Nem mesmo a questão da tipologia ou desenvolvimento tecnológico respeitante às fortificações é determinante, na maioria dos casos, para estipular a origem das fortificações (ou de partes destas), visto que tanto portugueses como holandeses seguiam a par e passo as evoluções poliiorcéticas que se iam dando na Europa. De facto, se as fortificações portuguesas mais antigas ainda apresentavam características das fortificações de transição ou de abaluartamento pré-poligonal (por exemplo, usando bastiões cilíndricos ou baluartes de orelhão), no caso do Sri Lanka muitas das fortificações eram já poligonais e haviam sido construídas nas décadas anteriores à sua tomada por parte dos holandeses; ou seja, a antipoliiorcética portuguesa não seria assim tão diferente da holandesa.

O facto das fortificações portuguesas terem sido tomadas com relativa facilidade por parte dos holandeses, tanto no Sri Lanka como em outros pontos do Oriente – como geralmente se costuma referir quanto aos sucessos holandeses contra os portugueses – poderia explicar um (pretense) menor grau de desenvolvimento tecnológico ou uma inabilidade por parte dos portugueses. Mas se é verdade que algumas praças-fortes portuguesas foram tomadas com relativa facilidade por parte dos holandeses, não nos podemos esquecer das muitas outras que só caíram após prolongados cercos com avultadas baixas por parte dos sitiados (Colombo, Malaca, Cochim) ou que nunca foram sequer tomadas apesar dos enormes esforços dispendidos pelos holandeses (Macau, Goa, Ilha de Moçambique), o que comprova a eficácia das fortificações portuguesas. A tudo isto ainda se soma o facto de que muitas das conquistas holandesas deram-se após 1640, ano da restauração da independência de Portugal frente a Espanha; este facto exigiu um colossal esforço bélico centrado essencialmente na fronteira portuguesa, tendo vivido um estado de guerra permanente entre este ano e 1668, ano em que se assinou a paz com Espanha. Durante este vasto período de quase três décadas, os esforços portugueses foram para a fortificação da fronteira luso-espanhola e para a formação de um exército que defendesse o território nacional frente à iminente invasão espanhola. O que impediu o envio de reforços e recursos para os seus territórios ultramarinos, deixando-os de certo modo “entregues a si” – em alguns casos ainda terá absorvido recursos desses territórios.

Os holandeses encontraram assim um ambiente propício à sua expansão à custa da conquista de territórios portugueses, depauperados por problemas variados (na metrópole contra Espanha, mas também no ultramar contra os potentados locais e os concorrentes europeus) que ocasionaram a circunstância de só muito dificilmente poderem ser socorridos em grande escala. Além disso, as forças portuguesas encontravam-se dispersas pelas várias fortificações no Oriente, repartidas em números relativamente pequenos e frequentemente dependentes do número de homens de armas que existiam entre os civis (comerciantes, casados, descendentes, cristãos da terra) e soldados nativos ao serviço de Portugal (cuja lealdade era muitas vezes oscilante); não nos podemos esquecer que o registo demográfico português era muito menor que o das Províncias Unidas e das outras potências europeias concorrentes, o que desde logo desequilibrava a balança de forças. Por outro lado, enquanto os portugueses estavam na defensiva, mercê de estarem já instalados territorialmente num espaço que se estendia por grande parte do Oriente, os holandeses encontravam-se naquele momento na ofensiva, possuindo relativamente poucas possessões que eram, por isso, mais fáceis de sustentar e que necessitavam de menos homens para a sua defesa. Por isso, quando atacavam faziam-no de surpresa e com grande número de meios e homens concentrados num único ponto de assédio, encontrando geralmente guarnições portuguesas reduzidas e com menos recursos, originando desproporções muito acentuadas a pender para o lado holandês.

Finalmente, não deixa de ser um dos pontos mais relevantes o facto da VOC ter sido, como o próprio nome o indica – Companhia Holandesa das Índias Orientais –, uma companhia majestática, ou seja, uma companhia privada portadora de uma concessão atribuída pelo Estado (neste caso o holandês) que lhe conferia privilégios comerciais. Ao contrário do império português, cuja administração territorial estava sob a alçada directa da Coroa e cujos intuitos visavam não apenas o comércio mas também a evangelização e, em alguns casos, o controle territorial (basta referir que os funcionários administrativos eram estatais, os monopólios eram controlados pelo Estado, as possessões pertenciam ao Estado da Índia, os governantes eram nomeados pelo monarca português, e o próprio clero estava condicionado pelo Padroado Português do Oriente), o império holandês era por esta época controlado por uma companhia comercial cujo objectivo principal seria o lucro – como em todas as companhias comerciais. Os soldados, funcionários e governantes eram empregados da companhia comercial, e as várias possessões pertenciam

à companhia comercial, não ao Estado holandês. As operações realizadas pela companhia holandesa teriam como desígnio fundamental distribuir dividendos pelos seus accionistas, e por isso exigia-se uma boa gestão dos recursos afectados à companhia, otimizando-os de modo a proporcionarem o máximo possível de rendimentos.

Ora no caso das fortificações portuguesas, e depois do que já foi dito anteriormente, é muito previsível que a maioria das fortificações tomadas pelos holandeses apresentassem danos em maior ou menor grau que, ainda assim, permitiam ser reparadas, mantendo-se a sua utilidade defensiva; apenas as fortificações de Colombo terão sofrido maior ruína. Por outro lado, o facto de grande parte destas fortificações portuguesas serem relativamente recentes torna a sua obsolescência menos provável – ainda que se conheçam obras de melhoramento em grande amplitude nas fortificações de Galle e de Jaffna, além de Colombo. Comparando as fortificações actuais com a iconografia histórica holandesa e portuguesa, encontramos uma coincidência de formas e dimensões em várias fortificações, parcial ou totalmente, o que parece indiciar a manutenção das estruturas portuguesas na generalidade. Com efeito, se estas fortificações era reparáveis e hodiernas, porquê destruí-las para depois as reconstruir nos mesmos locais, com as mesmas dimensões e as mesmas características defensivas? Seguramente que tal seria considerado um acto de má gestão perpetrado por parte dos administradores da companhia, visto que seria um desperdício de recursos e, conseqüentemente, um dispêndio inútil de fundos, gerando assim menos lucros. O acto de boa gestão determinaria a reparação e eventual modernização das fortificações, o que certamente terá sido a opção preferencial dos administradores holandeses. E, de facto, é isso mesmo que Rijcklof van Goens, comandante das forças holandesas que tomaram Jaffna aos portugueses, governador holandês do Ceilão entre 1660 e 1675 (com interrupções) e governador-geral das Índias Orientais Holandesas entre 1678 e 1681, recebeu como instrução superior para a governação do Ceilão: “a construção de fortificações causava dispêndios, enquanto a agricultura gerava lucros”³.

3. SÍNTESE DAS FORTIFICAÇÕES PORTUGUESAS

A análise da documentação histórica de origem portuguesa permite constituir um rol de fortificações portuguesas que foram estabelecidas no Sri Lanka; a documentação holandesa confirma a existência da grande maioria dessas fortificações, embora refira amiúde a completa reconstrução ou remodelação da maioria delas sob a sua égide. Se muitas delas desapareceram, não se encontrando quaisquer vestígios na actualidade, outras permanecem visíveis em grande parte, várias delas atribuídas aos holandeses. Embora baseadas em documentação escassa (ou na tradição oral), existem também algumas referências de estruturas fortificadas com possível origem portuguesa, todas elas total ou quase totalmente destruídas. A lista de fortificações de origem portuguesa que a seguir se enuncia forma parte de um trabalho em progresso, e é o resultado da análise de documentação escrita e iconográfica portuguesa e holandesa, associada a visitas de estudo efectuadas ao Sri Lanka. As fortificações encontram-se ordenadas por ordem alfabética, seguindo-se um comentário sintético sobre o estado das mesmas.

3.1. ARANDORA (NARANGODA)

Este forte terá sido construído pelos portugueses em finais do século XVI ou inícios do século XVII como base de ataque e defesa, no contexto da guerra contra o Reino de Cândia; não se conhece actualmente qualquer vestígio do mesmo.

3.2. ARIPO (ARIPPU)

Não se conhece a origem deste forte, situado a cerca de 20km a sul de Manar, e que certamente serviria para controlar a pesca de pérolas nesta parte da costa cingalesa. A construção primitiva poderá ser portuguesa ou holandesa, embora se perceba que o forte, construído em pedra coral, teria tido inicialmente uma planta rectangular simples que mais tarde recebeu dois baluartes poligonais em tijolo,

³ «[...] the building of fortifications causes expenditure while agriculture yields profit [...]» (Van Goens, 1908, p.4).

em cantos opostos. O forte encontra-se actualmente em estado de grande ruína, correndo o risco de desaparecer.

3.3. BATECALOU (*BATTICALOA*)

O Forte de Nossa Senhora da Penha de França, localizado dentro de uma laguna na ilha de Puliyantivu, foi construído em pedra e cal a partir de 1628 por Damião Botado, sob as ordens do capitão-geral Constantino Sá de Noronha. A sua planta era quadrangular, com três baluartes nos cantos e, na esquina com a laguna, uma espécie de bastião. Rezam as crônicas que após ter sido tomado pelos holandeses, o forte foi demolido por Rajasinha II, rei de Cândia, tendo sido reconstruído pelos holandeses em 1665. Actualmente o forte apresenta-se em relativo bom estado de conservação, tendo planta quadrangular com quatro baluartes poligonais nos seus cantos, o que o faz assemelhar-se muito ao que teria sido o forte português (com excepção do baluarte da esquina com a laguna), provavelmente indiciando ter sido um reaproveitamento deste – operações de reparação e melhoramento.



Figuras 01 e 02: Forte de Aripo (esquerda) e forte de Batecalou (direita), Sri Lanka, ano 2018.

Fonte: Acervo do Autor

3.4. CALITURÉ (*KALUTARA*)

O forte de Calituré foi mandado construir pelo capitão-geral Jorge de Albuquerque em c.1622, no local onde havia estado um forte anterior mandado construir pelo governador Jerónimo de Azevedo, na década de 1590, sobre um templo budista arrasado. O forte, localizado no cimo de um morro, teria planta quadrangular com dois baluartes em cantos opostos; como tivesse ruído parcialmente alguns anos depois, foi reparado com estacada de madeira e terra. Após a tomada pelos holandeses, estes procederam a uma ampla remodelação e alargamento da fortificação. Actualmente já muito pouco subsiste da fortificação holandesa (e nada da portuguesa), uma vez que as construções existentes foram demolidas para se construir a maior estupa (tempo budista) do Sri Lanka.

3.5. CARPÉZIA (*KALPITIYA*)

Existem notícias que os portugueses possuiriam uma tranqueira protegendo uma igreja localizada em Carpétia, mas foi com a ocupação holandesa que foi edificado um forte em pedra e cal.

3.6. CHILÃO (*CHILAW*)

A povoação de Chilão teria tido uma tranqueira durante o período português, mas nada chegou aos nossos dias.

3.7. COLUMBO (*COLOMBO*)

O vice-rei Lopo Soares de Albergaria tomou aos muçulmanos um pequeno território onde se situava o porto de Columbo, tendo mandado construir o Forte de Santa Bárbara em 1518 num esporão rochoso fazendo uma pequena baía; em 1524 esta fortificação foi desmantelada. Em 1554 iniciou-se a reconstrução da fortificação, que adquiriu o nome de Baluarte de Santa Cruz e cujas as dimensões eram

maiores, inserido já num sistema fortificado de maior envergadura, abrangendo a cidade que entretanto se havia desenvolvido. Este conjunto fortificado foi severamente danificado durante o cerco holandês, tendo por isso sofrido posteriormente uma profunda reconstrução e remodelação que certamente deixou poucas ou nenhuma remanescências portuguesas – com exceção talvez do fosso ligando a laguna ao mar e que actualmente divide os bairros de “Fort” e “Pettah”. Nada resta actualmente das fortificações portuguesas de Columbo. O Forte de Santa Bárbara / Baluarte de Santa Cruz foi completamente terraplanado aquando das obras de melhoramento e expansão do porto marítimo; já a cerca abaluartada, que havia sido refeita pelos holandeses, foi (quase) completamente destruída pelos britânicos.

3.8. GALE (*GALLE*)

O primitivo forte de Gale foi mandado construir por ordem do vice-rei Matias de Albuquerque em 1589, num esporão rochoso do lado da baía. O capitão-geral Constantino Sá de Noronha mandou reformar a fortaleza em 1619-23, tendo as obras sido realizadas sob as ordens de Jorge de Albuquerque. Terá sido provavelmente por essa época que foi construída a muralha que fechava o istmo de mar a mar, feita com pedra, terra e madeira; esta muralha apresentava três baluartes, provavelmente com forma sextavada. Na ponta sul da ilha foi erguido o Baluarte de Santa Cruz, num rochedo debruçado sobre o mar, e é provável que outros baluartes tenham sido construídos pontualmente nos locais mais vulneráveis junto ao mar. Após a conquista da cidade pelos holandeses, estes reforçaram a muralha no istmo com novos baluartes e um fosso, e construíram uma muralha abaluartada em redor de toda a cidade. Os vestígios das fortificações portuguesas ainda são claramente visíveis: o primitivo forte ainda existe em boas condições de conservação, embora tenha recebido um posto da polícia; alguns dos baluartes – e nomeadamente o Baluarte de Santa Cruz – também são visíveis ao longo da muralha; e a muralha no istmo mostra no centro um baluarte sextavado que poderá ter sido muito provavelmente o baluarte central da muralha portuguesa (alguns outros elementos poderão igualmente ter origem portuguesa, mas apenas um minucioso estudo nos poderá confirmar essa hipótese).



Figuras 03 e 04: Forte português de Gale (esquerda) e forte da Ilha do Cais (direita), Sri Lanka, ano 2018.

Fonte: Acervo do Autor

3.9. HALDUMMULLA

Em Haldummulla terá sido construído um forte pelos portugueses, para defender os seus territórios mais a sul da ilha contra o Reino de Uva (e, mais tarde, contra o Reino de Cândia, flanqueando-o a sul). Subsistem actualmente apenas algumas fundações do que poderá ter sido a fortificação.

3.10. HANWELLA

O forte, originalmente construído pelo Reino de Sitavaca, foi tomado pelos portugueses, que o terão reconstruído sob o comando do governador Jerónimo de Azevedo em c.1597 para ataque ao Reino de Cândia; apenas algumas fundações ainda aparentam subsistir.

3.11. ILHA DO CAIS DOS ELEFANTES (*VELANAI* ou *KAYTS ISLAND*)

O Forte do Cais, como era geralmente designado, possuía planta quadrangular com dois baluartes poligonais nos cantos do lado de terra. Esta fortificação foi construída a expensas de Miguel Pereira de Sampaio em 1629, como encargo pela cedência do senhorio numa ilha vizinha. A fortificação protegia uma das barras marítimas que davam acesso a Jafanapatão. A fortificação está actualmente em estado de grande ruína, tendo sido demolida parte das muralhas para atravessar por um caminho.

3.12. ILHA DE CARDIVA (*KARAITIVU ISLAND*)

Num ilhéu entre a Ilha de Cardiva e a Ilha do Cais dos Elefantes (embora mais próximo da primeira) foi erguido pelos portugueses um forte em pedra coral, para complementar a defesa da barra marítima de acesso a Jafanapatão. Após ter sido tomado pelos holandeses, terá sofrido obras em finais do século XVII, recebendo então o nome por que é conhecido hoje: Fort Hammenhiel. A sua condição presente é bastante boa, tendo sido adaptado para alojamento turístico ocasional.



Figuras 05 e 06: Forte da Ilha de Cardiva (esquerda) e casa-forte da Ilha das Vacas (direita), Sri Lanka, ano 2018.
Fonte: Acervo do Autor

3.13. ILHA DAS VACAS (*NEDUNTIVU* ou *DELFT ISLAND*)

Esta ilha possui um palácio fortificado mandado edificar muito provavelmente pelo foreiro a quem foi concedido o senhorio da ilha. O palácio fortificado – ou casa forte (*domus fortis*) – encontra-se em estado de ruína, mas ainda assim é possível perceber parte da sua planta e distribuição funcional.

3.14. JAFANAPATÃO (*JAFFNA*)

O Forte de Nossa Senhora dos Milagres, situado em Jafanapatão, foi iniciado por Lançarote de Seixas em 1625, a mando de Constantino Sá de Noronha; possivelmente existiria já um pequeno entreposto fortificado erguido em c.1558 por ordem do vice-rei Constantino de Bragança. O forte português, feito de pedra coral e cal, possuía planta quadrangular com quatro bastiões redondos ou poligonais nos cantos e quatro meio-bastiões situados sensivelmente a meio das muralhas. Após a sua conquista pelos holandeses, o forte foi completamente reconstruído com maiores dimensões, apresentando planta pentagonal com baluartes poligonais nos cantos, fosso e revelins. Nos últimos anos tem vindo a ser restaurado após ter sofrido danos significativos durante a guerra civil, e recentemente foi posto a descoberto um bastião redondo a meio da muralha noroeste, que certamente pertencia à fortificação portuguesa.

3.15. MALVANA (*MALWANA*)

O capitão-geral Constantino Sá de Noronha havia mandado construir o Forte de Santa Helena em 1626, a cerca de 20km para leste de Colombo, ou seja, a fortificação não ficava situada no litoral, embora tivesse fácil acesso à costa através de um rio junto ao qual se implantava, num pequeno morro; em tempos chegou a albergar a sede política da administração portuguesa. O forte tinha planta quadrangular, com baluartes nos cantos, sendo de pedra e cal. Na actualidade subsistem ainda grande parte das muralhas, embora com reduzida altura.



Figuras 07 e 08: Vestígio do forte de Jafanapatão (esquerda) e forte de Malvana (direita), Sri Lanka, ano 2018.

Fonte: Acervo respectivamente de Pedro Guedes e do Autor

3.16. MANAR (*MANNAR*)

O forte de Manar foi mandado construir em 1560 pelo vice-rei Constantino de Bragança, possuindo planta quadrangular e três baluartes. Feito em pedra coral, já se encontraria relativamente degradado em finais da primeira metade do século XVII. Após a conquista dos holandeses, sofreu intervenções de reparação/reconstrução. Nos nossos dias apresenta partes arruinadas, embora tenha vindo a ser restaurado nos últimos tempos. O facto de não se conseguir perceber com maior segurança a profundidade das obras holandesas não nos permite discernir a origem do actual edificado. De referir que em Karisal, povoação localizada sensivelmente a meio da ilha de Manar, se encontram as ruínas de uma igreja fortificada, que poderá muito bem ser do colégio jesuíta de São Paulo.



Figuras 09 e 10: Forte de Manar (esquerda) e ruínas do colégio de São Paulo (direita), Sri Lanka, ano 2018.

Fonte: Acervo do Autor

3.17. MANICAVARÉ (*MENIKKADAWARA*)

Situado no interior, a cerca de 50km a leste de Negumbo, o Forte de Santa Fé, em Manicavaré, foi construído em pedra e cal por Salvador Pereira da Silva em 1598, a mando de Jerónimo de Azevedo; o mesmo foi porém destruído durante as guerras com o reino de Cândia. Pelo que Constantino Sá de Noronha mandou reerguê-lo em 1626-28, mas desta feita constituído por uma tranqueira de madeira assente numa base de terra compactada, apresentando planta rectangular com quatro baluartes nos seus cantos. É precisamente esta base de terra que ainda se pode encontrar hoje, embora tenha vindo a desaparecer paulatinamente.

3.18. MATURÉ (*MATARA*)

Existem algumas notícias de que poderá ter existido um pequeno forte construído pelos portugueses na década de 1550, mas sem se conseguir perceber a realidade desta informação. O que se sabe é que a fortificação actual foi integralmente construída pelos holandeses.



Figuras 11 e 12: Base da tranqueira de Manicavará (esquerda) e vestígios do portal do forte de Negumbo (direita), Sri Lanka, ano 2018.

Fonte: Acervo do Autor

3.19. NEGUMBO (*NEGOMBO*)

Construída por Lourenço Teixeira de Macedo em 1590, a mando do governador Jerónimo de Azevedo, a fortaleza de Negumbo, de pedra e cal, possuía planta triangular com três baluartes poligonais nos cantos. Os holandeses terão feito uma profunda intervenção no forte após a sua conquista, dando-lhe uma planta pentagonal irregular, com quatro baluartes. No século XIX os britânicos destruíram grande parte do recinto fortificado, instalando neste uma prisão. Actualmente apenas se vislumbra a porta de entrada da fortificação, assim como os aterros dos baluartes e da muralha voltada a nordeste (do lado da terra).

3.20. PANATURÉ (*PANADURA*)

Existiria um forte português de planta quadrangular com dois baluartes poligonais em cantos opostos, mas na actualidade não se encontram nenhuns vestígios da fortificação.



Figura 13: Forte de Punarim, Sri Lanka, ano 2018.

Fonte: Acervo do Autor

3.21. PUNARIM (*POONERYN*)

À imagem do forte de Aripo, pouco se conhece sobre as origens do forte de Punarim. Talvez tenha sido erguido pelos portugueses para complementar a defesa de Jafanapatão, uma vez que se encontra num dos acessos preferenciais à península, do lado de terra. A fortificação, de planta quadrada com dois baluartes em cantos opostos, terá sido reforçado e ampliado pelos holandeses após a sua tomada. Subsistem actualmente apenas alguns troços das muralhas e dos baluartes.

3.22. PUTALÃO (*PUTTALAM*)

Poderá ter existido uma tranqueira de origem portuguesa em Putalão, embora não se tenha encontrado nenhuma remanescência que nos indique essa existência.

3.23. RUANELA (*RUWANWELLA*)

Em finais da década de 1590, no contexto da guerra contra o Reino de Cândia, os portugueses terão construído o forte, o qual sofreu algumas obras posteriormente durante o período holandês; pouco subsiste deste forte, actualmente inserido num campo policial.



Figuras 14 e 15: Fundações de um baluarte do forte de Ruanela (esquerda) e vestígios do forte de Sitavaca (direita), Sri Lanka, ano 2018.

Fonte: Acervo respectivamente do Autor e de Pedro Guedes

3.24. SITAVACA (*SEETHAWAKA*)

A cerca de 40km a leste de Colombo, para o interior da ilha, foi construído em 1595 um forte de pedra e cal, para servir de base às incursões portuguesas contra o reino de Cândia e para defesa contra este. Nos nossos dias apenas se encontram troços das fundações de algumas partes da muralha, que tornam árdua a tarefa de perceber a forma da fortificação.

3.25. SOFRAGÃO (*RATNAPURA - SABARAGAMUWA*)

Inicialmente construído a mando do capitão-geral Constantino Sá de Noronha, o forte de Sofragão foi destruído pelas tropas de Cândia e reconstruído depois a mando do capitão-geral Diogo de Melo de Castro. O forte poderá ter tido planta quadrangular com dois baluartes em cantos opostos, e no seu interior estaria uma igreja. Este forte foi destruído e no seu lugar foi construído um templo budista; no entanto, na base do templo pode-se vislumbrar uma pedra com um baixo relevo que representa um soldado português.

3.26. TANAVARÉ (*TANGALLE*)

A leste de Maturé ficava a pequena baía de Tanavaré, que algumas fontes referem ter recebido um pequeno recinto fortificado. Porém, nada se sabe sobre este recinto, existindo apenas um pequeno forte holandês, adaptado pelos britânicos a prisão.

3.27. TRIQUILIMALÉ (*TRINCOMALEE*)

O Forte de Nossa Senhora da Guadalupe foi mandado construir em 1623 pelo capitão-geral Constantino Sá de Noronha, que havia conquistado o pequeno recinto fortificado dinamarquês que aí se havia instalado pouco tempo antes. O forte possuía planta triangular com os dois baluartes principais cortando o istmo da península de mar a mar, e estando o terceiro baluarte localizado num ponto mais alto, junto à linha de água; na parte oposta a este último, virado a sul e também junto ao mar, encontrava-se um quarto

baluarte isolado, também do período português. Após a conquista holandesa, o rei Rajasinha II de Cândia terá demolido o forte português em 1643, tendo no entanto sido reconstruído de forma mais possante pelos holandeses a partir de 1658, que o baptizaram como Fort Frederick. Contudo, uma vez mais se poderá alvitrar a possibilidade de ainda remanescerem na actualidade várias partes da fortificação, nomeadamente o baluarte isolado (que foi unido à muralha abaluartada mediante uma nova muralha.



Figuras 16 e 17: Baixo-relevo que pertenceria ao forte de Sofragão (esquerda) e forte de Triquilimalé (direita), Sri Lanka, ano 2018.

Fonte: Acervo do Autor

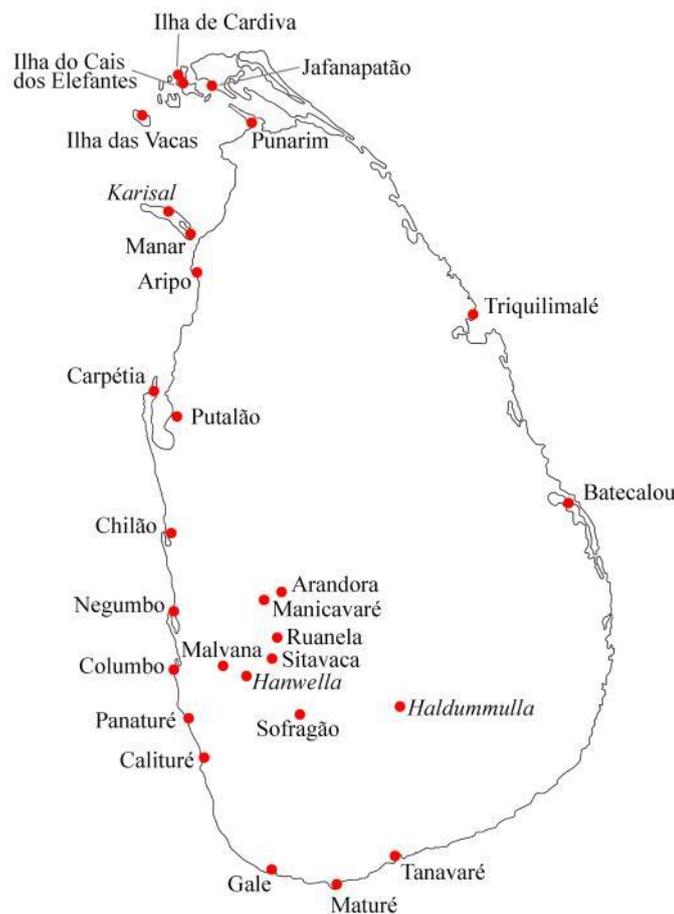


Figura 18: Mapa com as indicações das fortificações portuguesas no Ceilão.

Fonte: Acervo do Autor

4. NOTAS FINAIS

Não obstante a crença comum que se foi instalando de que poucos ou nenhuns vestígios subsistem das fortificações do período de dominação portuguesa no Ceilão, a realidade poderá ser bem distinta desta ideia generalizada: de facto, é muito provável que afinal uma parte significativa das fortificações cuja construção é actualmente atribuída aos holandeses possam ter não somente uma origem portuguesa, mas serem também elas próprias, em grande parte, de edificação portuguesa. Tal afirmação não é de todo descabida, em face do actual desenvolvimento dos estudos sobre estas fortificações cingalesas. De facto, estes estudos são ainda incipientes e quiçá condicionados por um conjunto de imposições que certamente devem mais à política, economia e mitificação simbólica do que propriamente à verdade histórica.

O ensaio aqui apresentado faz parte de um trabalho ainda em progresso, que se pretende seja desenvolvido mais minuciosamente. Impõe-se por isso um estudo analítico mais aprofundado a este conjunto de fortificações, envolvendo uma equipa multidisciplinar (história, engenharia, arqueologia, arquitectura, etc.) e transversal (envolvendo investigadores portugueses, holandeses, cingaleses, etc.) que, livre dos constrangimentos antes referidos, possa desenvolver uma análise aprofundada e sem preconceitos deste património que urge preservar e salvaguardar para as gerações futuras. Quem sabe se não teremos grandes surpresas, face ao panorama actual de conhecimento nesta matéria...?

5. AGRADECIMENTOS

Este estudo foi desenvolvido no âmbito de uma investigação de pós-doutoramento intitulada *Salvaguarda do Património Arquitectónico de Influência Portuguesa na Índia: Contextualização e Crítica*, financiada por uma bolsa de investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal), com a referência SFRH/BPD/96087/2013.

REFERÊNCIAS

- Anónimo. 1960. *Livro das cidades e fortalezas que a coroa de Portugal tem nas partes da India, e das capitánias, e mais cargos que nelas há, e da importância delles*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- Abeyasinghe, Tikiri. 1986. *Jaffna under the Portuguese*. Colombo: Lake House Investments.
- Abeyasinghe, Tikiri. 1966. *Portuguese Rule in Ceylon, 1594-1612*. Colombo: Lake House Investments.
- Biedermann, Zoltán and Strathern, Alan (ed.). 2017. *Sri Lanka at the Crossroads of History*. Londres, UCL Press.
- Biedermann, Zoltán. 2014. *The Portuguese in Sri Lanka and South India: Studies in the History of Diplomacy, Empire and Trade, 1500-1650*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag.
- Biedermann, Zoltán. 2006. *A aprendizagem de Ceilão: A presença portuguesa em Sri Lanka entre estratégia talassocrática e planos de conquista territorial (1506-1598)*. Lisboa: texto policopiado (tese de doutoramento na Universidade Nova de Lisboa).
- Bocarro, António. 1992. *O Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Flores, Jorge Manuel (ed.). 2007. *Re-exploring the Links: History and Constructed Histories between Portugal and Sri Lanka*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag.
- Flores, Jorge Manuel. 2001. *Os Olhos do Rei: Desenhos e descrições portuguesas da ilha de Ceilão (1624, 1638)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- Flores, Jorge Manuel. 1998. *Os portugueses e o mar de Ceilão: Trato, diplomacia e guerra (1498-1543)*. Lisboa: Edições Cosmos.

Goens, Rijcklof van. 1900. *Instructions from the Governor-General and Council of India to the Governor of Ceylon, 1656 to 1665*. Colombo: H. C. Cottle - Govt. Printer.

Mattoso, José (dir.). 2010. *Património de Origem Portuguesa no Mundo - Ásia, Oceania (Arquitetura e Urbanismo)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Nelson, William A. 1984. *The Dutch forts of Sri Lanka: The military monuments of Ceylon*. Edinburgh: Canongate.

Pearson, Joseph. 1923. "Notes on the forts of the Jaffna Islands." *Journal of the Ceylon Branch of the Royal Asiatic Society* 76 (29): 186-193.

Pieris, Paulus Edward. 1920. *Ceylon and the Portuguese (1505-1658)*. Tellippalai: American Ceylon Mission Press.

Pieris, Paulus Edward. 1914. *Ceylon: The Portuguese Era - Being a history of the island for the period 1505-1658*. Colombo: Colombo Apothecaries.

Queiroz, Fernão de. 1916. *Conquista temporal, e espiritual de Ceylão*. Colombo: H. C. Cottle Government Printer.

Ray, Hem Chandra (ed.). 1959-60. *History of Ceylon*. Colombo: Ceylon University Press.

Ribeiro, João. 1989. *Fatalidade Histórica da Ilha de Ceilão*. Lisboa: Publicações Alfa.

Silva, Chandra Richard de. 1972. *The Portuguese in Ceylon (1617-1638)*. Colombo: H. W. Cave & Co.

Silva, Rajpal Kumar De, and Beumer, Willemina G. M. 1988. *Illustrations and Views of Dutch Ceylon - 1602-1796*. Leiden: E. J. Brill Archive

Strathern, Alan. 2007. *Kingship and Conversion in Sri Lanka: Portuguese Imperialism in a Buddhist Kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press.